



“REALIDADE OBJETIVA” E SUA RELAÇÃO COM A “VERDADE” NA EPISTEMOLOGIA PRAGMÁTICA DE W. JAMES

Marcelo da Silva Alves Pires

Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana (bolsista CAPES) – BA – Brasil.

marcelosialpi@ig.com.br

Resumo: A forma como William James, em sua epistemologia pragmática, considera a realidade objetiva em sua relação com a verdade e justificação de nossas crenças é um dos pontos mais relevantes, controversos e sujeitos a dificuldades de compreensão em sua doutrina, sendo comumente acusado de defender uma epistemologia que desconsidera critérios objetivos e a própria existência do objeto enquanto relevante para assunção da verdade sobre o mesmo. A partir de leitura crítica de textos de James, particularmente dos que compõem o *Pragmatismo* (*Pragmatism-1907*) e *O Significado da Verdade* (*The Meaning of Truth -1909*), veremos que James tentou defender uma epistemologia comprometida com o controle objetivo do mundo, não se restringindo aos critérios de satisfação e utilidade das crenças, mas colocando o aspecto do ‘acordo’ entre ideia e realidade como critério coercitivo para a assunção de verdade. Se, por um lado, James afirma seu compromisso com a realidade objetiva, ele não aceita que a verdade de uma proposição seja função exclusiva do “objeto real” ao qual a proposição deve corresponder e independente daquele que o conhece. Assim, veremos que, para James, a noção de que a verdade seja exclusivamente subjetiva e de que possa cair completamente dentro da experiência privada do pensador não se sustenta.

Palavras-Chave: Objetividade. Verdade. Pragmatismo.

“OBJECTIVE REALITY” AND ITS RELATION TO THE “TRUTH” IN WILLIAM JAMES’S PRAGMATIC EPISTEMOLOGY

Abstract: *The way in which William James, in his pragmatic epistemology, considers objective reality in its relationship with the truth and justification of our beliefs is one of the most important and controversial points, and subject to difficulties in the understanding of his doctrine, being frequently accused of defending an epistemology that disregards objective criteria and the very existence of the object as relevant to the assumption of its own truth. From critical reading James’ texts, particularly those that make up Pragmatism (1907) and The Meaning of Truth,(1909), we see that James tried to defend an epistemology committed to the objective control of world, not confining himself to the criteria of satisfaction and usefulness of beliefs, but placing the aspect of ‘agreement’ between idea and reality as coercive criterion for the assumption of truth. If, on the one hand, James affirms his commitment to objective reality, he does not accept that the truth of a proposition is the exclusive function of the “real object” to which the proposition must correspond, and independent of the one that knows. Thus, we see that, for James, the notion that truth is purely subjective and can fall completely within the private experience of the thinker does not hold.*

Keywords: Objectivity, Truth, Pragmatism.

Introdução: O problema

William James (1842-1910) apresentou, com seu tipo particular de pragmatismo, uma proposta epistemológica e uma concepção de verdade que ganhou fama de ser completamente subjetivista e carente de qualquer grau de controle objetivo na defesa de nossas crenças e teorias. Sprigge (cf. 2010, p. 161) aponta que após o *Pragmatismo*, de 1907, James foi alvo de duras críticas, sendo que dois dos principais filósofos britânicos, E. Moore e Bertrand Russell contribuíram para a tendência de se pensar em James como um pensador de segunda categoria, devido a sua suposta defesa de um sistema completamente subjetivista e que ignorava a realidade e o controle objetivo. Por outro lado, o próprio James é enfático em rejeitar que tenha defendido tal sistema, apesar de reconhecer que parte das críticas de que foi alvo se deveram a sua inabilidade em escrever e em tornar suas ideias inteligíveis. (cf. JAMES, 1907, p.10-13; 2002, p. 160).

Talvez o aspecto mais controverso de uma discussão sobre a epistemologia de James seja realmente o modo peculiar da relação que encontramos em sua teoria do conhecimento entre a verdade de uma proposição, aspectos objetivos da realidade e aspectos subjetivos do sujeito que conhece.

Historicamente, podemos identificar duas categorias amplas para as tentativas de formular teorias sobre esta relação. Uma realista¹, que inclui a maioria das teorias historicamente chamadas de correspondentistas, e uma antirrealista, que se coloca como o oposto do realismo (cf. KIRKHAM, 2003, p.109). O fundamental em relação às concepções realistas é, como defende Davidson (cf. 2002, pp.10, 72), que, para elas, não deve haver qualquer conexão entre “o que acreditamos e o que é verdadeiro”. Em uma discussão metafísica, uma teoria realista sustenta que é condição necessária e suficiente para que afirmemos a verdade de uma crença que um estado de coisas, ou fato, aconteça ou possa potencialmente acontecer. Além disso, esse estado de coisas deve ocorrer tal como descrito, independentemente da mente que o descreve. O realista metafísico precisa defender que não criamos planetas, estrelas, tigres ou qualquer objeto que possamos conhecer. (cf. KIRKHAM, 2003, pp.109-110, 112; BLACKBURN, 2006, pp. 184, 189, 190, 192, 199).

Já, se tomarmos o realismo em sua vertente epistemológica, vemos, com Blackburn (cf. 2006, pp. 184, 189, 190, 192, 199), que este se coloca em uma posição oposta às várias opções reunidas no termo geral do *construtivismo*, que em suas várias formas defendem a influência, sobre o conhecimento, das culturas, dos valores, da subjetividade. A própria aceitação de uma epistemologia realista, em sentidos tão fortes, pode levar a um pessimismo sobre nossas chances de conhecer ou de possuir qualquer crença razoável sobre o mundo, pois as condições epistemológicas que nos permitiriam asseverar que conhecemos algo independentemente de nós mesmos são, no mínimo, muito incertas e complexas.

James, conforme veremos, garante não aceitar que a verdade de uma proposição seja função exclusiva do “objeto real” ao qual a proposição deve corresponder e independente daquele que o conhece. Mas também é claro em

¹ A visão apresentada aqui sobre o realismo é, certamente, caricata e muito forte, de modo que não pretende servir de referência a um estudo sobre posturas realistas. As visões apresentadas servem apenas ao propósito de localizar o pragmatismo de James, posto que é considerando este tipo de visão forte do realismo que James trabalha em sua teoria do conhecimento.

afirmar que não desconsidera a realidade objetiva. Aqui está a grande tensão da epistemologia de James, no momento em que ele alega compromisso com a realidade objetiva ao mesmo tempo em que rejeita uma posição realista forte, que rejeita qualquer dependência da verdade em relação àquele que conhece.

Outra tensão importante, em parte consequência desta anterior, é aquela que encontramos no debate que busca estabelecer se o conhecimento pode se dar por puro registro dos dados organizados, anterior e independentemente do sujeito pelo mundo exterior, ou se o sujeito intervém ativamente sobre o que pode ser conhecido sobre os objetos. Temos um primado do objeto (objetivismo), do sujeito (subjetivismo), ou a algum tipo de interação entre eles (os diversos tipos de construtivismos)?

Os argumentos de James

Num comentário que me parece muito pertinente ao debate em questão, Davidson (cf. 2002, p.81) rejeita a doutrina puramente objetivista e realista, onde o real e a verdade são independentes de nossas crenças, mas lembra que aceitar alguma participação da subjetividade não implica rejeitar a ideia de que acreditar em algo não o torna necessariamente verdadeiro, de modo que rejeitar um objetivismo puro não implica cair em subjetivismo puro.

Sendo bastante direto, Dewey (cf. 1905, pp. 324 - 326), em apoio à posição de James, afirma que o pragmatismo tem pressuposições e tendências realistas (pelo menos metafisicamente realistas), e não idealistas (ou antirrealistas, como oposição ao realismo). Para ele, o pragmatismo crê no conhecimento como ideias, sensações e estados mentais que são, em sua função cognitiva, meios de ajustar coisas a outras; ou, de outro modo, ferramentas que afetam uma apresentação realística de coisas que são elas mesmas, independentes das ideias.

Um detalhe importante e muitas vezes ignorado é apontado por Putnam (cf. 2010, pp.211-213, 216-217) quando este defende que James construiu seu pensamento considerando duas tendências: uma peirciana, mais objetivista (normalmente ignorada); e uma tendência não peirciana (decorrente da influencia humanista sobre seu pragmatismo), que associava parcialmente a verdade aos nossos interesses. Putnam também aponta uma tendência realista em James, resumida em sua afirmação de que a verdade envolve concordância com uma realidade; e uma tendência empirista, baseada na ideia de que a verdade acontece a uma ideia. A tendência peirciana está ligada aos aspectos objetivos da descrição de James, a ideia de que os juízos verdadeiros são aqueles em que somos fadados a acreditar em longo prazo e com base na experiência e em seus resultados, a ideia de que o único critério objetivo da realidade é sua coercitividade – em longo prazo – sobre o pensamento. Mas, apesar de podermos pontuar tendências, entendo que não se trata de estabelecer uma distinção tendo, por um lado, Peirce, representando um pragmatismo objetivo e, por outro lado, James, representando um pragmatismo subjetivo. James inclui, sim, mais aspectos subjetivistas, e isto expõe sua teoria a vários problemas. Mas colocar seu pragmatismo como representando um tipo de epistemologia subjetivista, simplifica muito as coisas faz parecer que todo traço de objetividade foi ignorado em seu trabalho.

Enfim, observamos que, já no início de sua sexta conferência no “Pragmatismo”, ele estabelece sua primeira definição de verdade, mostrando seu

compromisso com a “realidade”, quando ele aceita a noção de verdade como significando o “acordo” entre certas ideias e a “realidade” (cf. JAMES, 1907, p.71).

Sobre sua aceitação de uma ontologia realista, ou de um realismo metafísico, tese de que vivemos em um mundo de objetos cuja realidade independe de nossas mentes, James (cf. 1912, p.201) é enfático quando afirma que “nossas mentes se encontram num mundo de objetos, dos quais elas participam em comum, que ainda estariam ali, se uma ou várias das mentes fossem destruídas”.

Em “Humanismo e Verdade”, de 1904 (cf. JAMES, 1909, p.68) James defende que nossos pensamentos não ‘fazem’ a realidade, que a realidade ainda estaria lá de alguma forma se nossos próprios pensamentos fossem aniquilados. Para ele, defender que a realidade é ‘independente’ significa dizer que há algo em cada experiência que escapa ao nosso controle arbitrário. “Se for uma experiência sensível, ela é coercitiva sobre nossa atenção; se é uma sequência, nós não podemos invertê-la. Se compararmos dois termos, só podemos chegar a um resultado.” (JAMES, 1909, p. 69). Ele ainda afirma que “Uma experiência, perceptual ou conceitual, deve se conformar com a realidade a fim de ser verdadeira” (JAMES, 1909, p.100).

Assim, observemos que James (1912, p.202) aceita que deixemos, “o realismo natural [ou metafísico] passar por possível”. Está claro, então, que James aceita um realismo metafísico, ou uma ontologia realista. As dificuldades com o realismo aparecem, sobretudo, em seu aspecto epistemológico, no que ele entende pela natureza do conhecimento e pela possibilidade e modo de a(s) mente(s) conhecer(em) um objeto. E, sobre isso, James argumenta que, mesmo que nossas mentes terminem no mesmo “percepto”, não podemos considerar o conhecimento do objeto, a relação do objeto para a mente que o percebe, como algo independente desta mente (em tese, essa é uma defesa própria ao antirrealismo epistemológico).

Em “Professor Pratt sobre a verdade”, de 1907, James afirma ser completamente contra a interpretação do Professor Pratt de que o pragmatismo teria defendido que a relação de verdade não necessita de referência a qualquer coisa que a justifique, nem de referência ao objeto. James, a fim de não ser classificado como tal tipo de pragmatista, volta a enfatizar ter defendido que a verdade é essencialmente uma relação entre duas coisas: uma ideia, de um lado, e uma realidade exterior a esta ideia, do outro. Para James, a natureza, o lugar e as afinidades do objeto jogam uma parte vital nesta relação, assim como o faz a natureza da ideia. Tanto que a noção de que a verdade possa cair completamente dentro da experiência privada do pensador e ser algo puramente psicológico, é, para ele, absurda. É no acordo entre a ideia e o objeto que a relação verdade deve ser buscada, e ela envolve ambos os termos (cf. JAMES, 1909, p.161-165).

A exigência de concordância com a realidade é, então, aceita e proposta por James (cf. 1907, p.72) em vários níveis. Primeiramente, ele diz que concordar significa copiar. Esse é o caso das coisas sensíveis, observáveis. Quando digo que o gato está sobre o tapete, deve haver um gato, um tapete, e um gato sobre o tapete. E tudo isto independente de que mente fará essa verificação. Mas James percebe que muitas de nossas ideias não se referem a coisas sensíveis e observáveis, tornando a exigência acima mais complicada de ser seguida. Por isso, ele propõe que:

Concordar em um mais amplo sentido com a realidade só *pode* significar ser guiado diretamente a ela ou aos seus arredores, ou ser

colocado em tal relação de trabalho de modo a poder operá-la ou a alguma coisa que lhe esteja ligada [...] Melhor intelectual ou praticamente! (JAMES, 1907, p.76).

O critério pragmático aqui funciona como uma pista para a concordância, dada a dificuldade de atestá-la diretamente, não como substituto da exigência de concordância.

O critério de concordância, ou de acordo, com a realidade é entendido por James como um critério coercitivo, entendimento que contradiz a noção de que apenas critérios subjetivos, como a utilidade, ou a satisfação, deveriam ser considerados. Para James, “nossas ideias devem concordar com as realidades, sejam concretas ou abstratas, sejam fatos ou princípios” (JAMES, 1907, p.75).

Putnam também nos lembra da insistência de James de que a verdade deve nos colocar em contato com a realidade, o que ele mesmo chamou de sua “ontologia realista”. E, como vimos até aqui, James fala de acordo com a realidade e até de correspondência. A ideia de que a satisfação era suficiente para determinação de verdade é explicitamente listada por ele como um mal-entendido de sua doutrina (cf. PUTNAM, 2002, p.62).

O compromisso de James com o mundo objetivo é ainda mostrado em um artigo de 1895, intitulado “Os Tigres na Índia” (cf. JAMES, 1909, pp.43-50). Neste artigo ele defende que não existe auto-transcendência em nossas imagens mentais tomadas por elas mesmas. “Elas são um fato fenomenal. Os tigres são outro” (JAMES, 1909, p.45). Assim, para James “em algum lugar, nossa crença sempre descansa em algum dado último, sensorial e empírico. [...] Em algum lugar teremos um dado, um fenômeno, uma experiência” (JAMES, 1909, p.46-47).

Já em “O significado da palavra verdade”, de 1907, James é ainda mais direto, quando afirma que sua descrição da verdade é realista. Nesse artigo, James repete que a noção de uma realidade independente de cada um de nós, tomada a partir da experiência social ordinária, está na base da definição pragmatista da verdade (cf. JAMES, 1909, pp.217-220).

Especialmente sobre epistemologia, vemos que em seu artigo de 1884, intitulado “A função da Cognição” (cf. JAMES, 1909, pp. 1-42), James defende que temos que reservar o termo conhecimento para aquelas coisas que existem independente da sensação mediante a qual o mesmo se dá. Para ele, quando uma sensação não se refere a algo fora dela mesma, quando não existe em parte alguma do universo o conteúdo da sensação, esta não pode ser tomada como se referindo à realidade; não se trata de conhecimento, sendo mera sensação subjetiva. Apenas considerando uma realidade fora da sensação que a conhece podemos redimir a sensação cognitiva de sua condição solipsista. A realidade, para ele, é a garantia para que eu possa falar de sensação cognitiva, de conhecimento, mas, mais uma vez ele aponta que o problema está em saber se estamos diante de uma realidade ou não, mostrando que seu problema com o realismo e com as exigências de objetividade são problemas epistemológicos, a respeito das condições de conhecimento da realidade, não à sua existência mesma (cf. JAMES, 1909, p.5-7).

No artigo “Professor Hébert sobre o Pragmatismo”, de 1908, James se defende contra a interpretação de que sua tese pragmática diz que o que quer que se prove ser subjetivamente satisfatório em nosso pensamento é verdadeiro no sentido absoluto e irrestrito da palavra, corresponda isso a qualquer estado objetivo

de coisas fora de nossa mente ou não. Isso implicaria que as verdades seriam funções exclusivas de nossos sentimentos, e que o conhecimento objetivo seria algo que o pragmatista estaria excluindo e destruindo. Por ter previamente escrito que a verdade significa “o acordo com a realidade” e ter insistido que a parte principal da conveniência de uma opinião qualquer é o seu acordo com o resto dos conhecimentos verdadeiros, James diz ter pretendido uma leitura não exclusivamente subjetivista de sua tese. Ele insiste que sua mente foi tão preenchida com a noção de referência objetiva que ele nunca sonhou que seus ouvintes saíssem dessa noção. E a última acusação que ele esperava era que, ao falar das ideias e de suas satisfações, ele estaria negando a realidade exterior (cf. JAMES, 1909, pp. 230-234, 237).

Assim, James diz falar, sim, de um lado subjetivo da verdade, qual seja: a satisfação dos objetivos sejam eles intelectuais ou não. Mas ele lembra que essas satisfações dizem respeito às nossas crenças, e nossas crenças estão nas realidades. Assim, a defesa de James está em que falar de verdade requer que tratemos de dois polos, um objetivo, que ele diz ser seu ponto de partida, começando com uma noção abstrata de realidade objetiva, e outro subjetivo, residindo nas consequências particulares de uma ideia, no modo como ela atua nos particulares da realidade, para alguém, e da satisfação por cumprir seus objetivos. (cf. JAMES, 1909, pp. 241-242, 244-245)

Conclusão

Para finalizar este artigo, considerando o esforço de James em situar os aspectos objetivos e subjetivos relacionados às crenças e às suas condições de verdade, gostaria de enfatizar, como Wilshire (cf. WILSHIRE, 2010, p. 149-150, 153), que não é possível compreender a teoria pragmática sem aceitar que o mundo experienciável é a pressuposição última de toda investigação. James não foi contra a consideração de que os objetos existem de fato. O pragmatista pressupõe o mundo como algo que de fato existia antes que soubéssemos qualquer coisa sobre ele e que fizéssemos qualquer coisa nele, e que deverá continuar existindo caso não estejamos aqui. O que James não aceita é que existam enunciados ou juízos autônomos, pois não aceita que exista verdade sem significado para sujeitos, e o significado de algo só é produzido quando sujeitos antecipam as consequências desse algo para sua experiência no mundo. Wilshire também defende que, de acordo com o pragmatismo jamesiano, sem nossa crença em um mundo presente que existe e existiu e que melhora sua coerência através do nosso ato de conhecê-lo, qualquer ideia de “verdade” perde seu significado.

É considerando tudo isto, então, que creio estarmos autorizados a dizer que buscar classificar James como realista, idealista, antirrealista, objetivista, subjetivista é artificial, inadequado, e irá sempre, de uma forma ou de outra, nos levar a algum grau de engano a respeito de seus pensamentos. No máximo podemos, dadas as considerações de James a respeito de combinarmos exigências objetivas e subjetivas, dizer que James compõe algum tipo de postura construtivista. A despeito das dificuldades que podemos enfrentar com a escrita de James, muitas vezes dramática, como ele próprio assume, é possível demonstrar, com um número razoável de exemplos, que James não pode ser interpretado como tendo defendido uma epistemologia exclusivamente subjetivista e que ignore exigências de rigor e controle objetivo.

* * *

Referências

BLACKBURN, S. *Verdade: Um Guia para os Perplexos*. Trad. Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DAVIDSON, D. *Ensaio sobre a Verdade*. Organizado por Paulo Ghiraldelli Jr, Pedro F. Bendassolli e Waldomiro José da Silva Filho. Traduzido por Paulo Ghiraldelli Jr. E Pedro F. Bendassolli. São Paulo: Unimarco Editora, 2002.

DEWEY, J. The Realism of Pragmatismo. In: *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, v. 2, n. 12, p. 324-327, jun. 1905. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010861>. Acesso em 03 jul. 2009.

JAMES, W. Pragmatismo (1907). In: *Pragmatismo e Outros textos* (Coleção Os Pensadores). Tradução de Jorge Caetano da Silva e Pablo Rúben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp.1-110.

JAMES, W. *The Meaning of Truth* (1909). New York: Longmans, Green, 2002.

JAMES, W. Ensaio em Empirismo Radical (1912). In: *Pragmatismo e Outros textos* (Coleção Os Pensadores). Tradução de Jorge Caetano da Silva e Pablo Rúben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1907, pp.171-230.

KIRKHAM, R. L. *Teorias da Verdade: Uma Introdução Crítica*. Tradução de: Alessandro Zir. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Ideias, V.10)

PUTNAM, H. Coment on Robert Brandom's paper. In: CONANT, J.; ZEGLEN, U. M. (Org.). *Hilary Putnam: pragmatism and realism*. London and New York: Routledge and Taylor & Francis e-Library, 2002, pp.59-65.

PUTNAM, H. A teoria da verdade de James. In: PUTNAM, R. A. (Org.). *William James*. Tradução de: André Oídes. Aparecida, SP: Editora Ideias e Letras, 2010. pp.211-234.

SPRIGGE, T. L. S. James, Atinência e os Críticos Britânicos. In: PUTNAM, R. A. (Org.). *William James*. Tradução de: André Oídes. Aparecida, SP: Editora Ideias e Letras, 2010. pp.161-186.

WILSHIRE, B. "A Surpreendente intimidade do mundo material: Os Últimos pensamentos de William James". In: PUTNAM, R. A. (Org.). *William James*. Tradução de: André Oídes. Aparecida, SP: Editora Ideias e Letras, 2010, pp.135-160.